



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

CADÊ O MESTRE

Sem aula, sem educação

"Faltam professores em várias disciplinas nas instituições de ensino do país por causa da lei eleitoral que proíbe contratações"

(DC, Geral, p. 27)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 19/8/2010



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/8/10
Assunto: Cadê o mestre? Sem aula, sem educação		Página: 27

CADÊ O MESTRE

Sem aula, sem educação

Faltam professores em várias disciplinas nas instituições de ensino do país por causa da lei eleitoral que proíbe contratações

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vive um impasse. Faltam professores, que não podem ser contratados em caráter temporário por causa da legislação eleitoral. O pior cenário é no Colégio de Aplicação (ensino fundamental da UFSC). Sem oito professores, muitas aulas deixaram de ser ministradas no segundo semestre.

A lei, que proíbe a contratação de professores em caráter temporário, vale para os três níveis de governo - municipal, estadual e federal - é de 1997. Mas o entendimento dela mudou em 2006, após uma decisão do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Carlos Ayres Britto. Como ele não considerou a educação como um serviço essencial, a medida respingou nestas eleições.

O ensino básico do Estado não teve problemas. Já a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) precisou remanejar turmas, assim como o Instituto Federal de Santa Catarina (IF-SC). E uma série de situações fez da UFSC uma das mais prejudicadas.

- No ano passado teve um concurso para 166 vagas, mas o Ministério da Educação (MEC) liberou, em julho, apenas 80. Precisaríamos de 20 a 30 professores para atender toda a universidade - explicou o diretor de gestão e desenvolvimento acadêmico, Carlos José de Carvalho Pinto.

Também houve um concurso para o Colégio de Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Só que professores reprovados contestaram a seleção, entraram com recurso e a disputa está sendo discutida na Justiça. No NDI faltam dois professores.

O impasse é tão grande que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) está discutindo uma solução com o MEC e com o Ministério de Planejamento. A instituição estima que duas mil turmas estão sem algum tipo de aula no Brasil.

Enquanto isso, estudantes, pais e professores apenas aguardam.



- Os alunos perdem aula, os pais ficam estressados, os professores se preocupam. E ainda se diz que educação é uma prioridade no Brasil - reclamou Valquíria Lourdes Peixoto, técnica-administrativa e presidente da Associação de Pais e Mestres do Colégio de Aplicação.

mauricio.frighetto@diario.com.br

MAURÍCIO FRIGHETTO

Cenário

- No país

Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), cerca de duas mil turmas ficaram pelo menos sem uma aula.

- UFSC

Algumas disciplinas deixaram de ser dadas, mas não há um levantamento oficial. De acordo com o Diretor de Gestão e Desenvolvimento Acadêmico, Carlos José de Carvalho Pinto, a universidade precisaria de 20 a 30 professores.

- Colégio de Aplicação da UFSC

Faltam oito professores (matemática, educação física, biologia, sociologia, física, anos iniciais e dois de português) e muitos alunos estão sem aulas.

- Udesc

Não conseguiu contratar professores em caráter temporário (ACTs). Segundo a pró-reitora de Ensino, Sandra Makowiecky, houve remanejamento dos professores e algumas disciplinas serão ministradas de forma concentrada, em dezembro e fevereiro.

- IF-SC

Solicitou a contratação de 22 professores, mas ainda não teve autorização. Também está remanejando as turmas para que ninguém fique sem aula.

- Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A assessoria de imprensa da instituição explicou que a UFFS não precisou contratar professores substitutos.

- No Estado

A diretora de desenvolvimento humano da Secretaria de Educação de Santa Catarina, Elizete Mello, disse que não houve problemas.

- Florianópolis

Segundo o secretário Rodolfo Pinto da Luz, não houve problemas no município.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 19/8/10
Assunto: Faltam professores nas instituições de Santa Catarina		Página: Online

Faltam professores nas instituições de Santa Catarina Lei eleitoral impede contratação em caráter temporário

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vive um impasse. Faltam professores, que não podem ser contratados em caráter temporário por causa da legislação eleitoral. O pior cenário é no Colégio de Aplicação (ensino fundamental da universidade). Sem oito professores, muitas aulas deixaram de ser ministradas no segundo semestre.

A lei, que proíbe a contratação de professores em caráter temporário, vale para os três níveis de governo — municipal, estadual e federal — é de 1997. Mas o entendimento dela mudou em 2006, após uma decisão do ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Carlos Ayres Britto. Como ele não considerou a educação como um serviço essencial, a medida respingou nestas eleições.

O ensino básico do Estado não teve problemas. Já a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) precisou remanejar turmas, assim como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). E uma série de situações fez da UFSC uma das mais prejudicadas.

— No ano passado teve um concurso para 166 vagas, mas o Ministério da Educação (MEC) liberou, em julho, apenas 80. Precisaríamos de 20 a 30 professores para atender toda a universidade — explicou o diretor de gestão e desenvolvimento acadêmico, Carlos José de Carvalho Pinto.

Também houve um concurso para o Colégio de Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Só que professores reprovados contestaram a seleção, entraram com recurso e a disputa está sendo discutida na Justiça. No NDI faltam dois professores.

O impasse é tão grande que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) está discutindo uma solução com o MEC e com o Ministério de Planejamento. A instituição estima que duas mil turmas estão sem algum tipo de aula no Brasil.

Enquanto isso, estudantes, pais e professores apenas aguardam.

— Os alunos perdem aula, os pais ficam estressados, os professores se preocupam. E ainda se diz que educação é uma prioridade no Brasil — reclamou Valquíria Lourdes Peixoto, técnica-administrativa e presidente da Associação de Pais e Mestres do Colégio de Aplicação



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/8/10
Assunto: Ensino feito a várias mãos		Página: 26

O X DA EDUCAÇÃO

Ensino feito a várias mãos

Sétima melhor colocada no Enem em Santa Catarina, cooperativa formada por pais em Imbituba é exemplo de ensino no Estado

No casarão construído na década de 1960, a menos de 500 metros do mar, três garotos tocam Deep Purple, uma das maiores bandas do rock mundial. Não é uma festa, mas uma aula de música. E também não é em uma escola qualquer, mas uma cooperativa de ensino – a Cooperativa Educacional de Imbituba (Coopeimb). E funciona? O Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) diz que sim. No Estado, o colégio foi a sétimo melhor colocado.

A escola não é pública nem particular, mas uma cooperativa administrada por pais. Portanto, não visa a lucro. Ela surgiu em 1994 para atender uma demanda específica. Muitos pais de classe média e classe média alta mandavam seus filhos estudarem em cidades como Laguna, Tubarão e Florianópolis, correndo riscos na BR-101.

O mentor foi Samir Henrique de Moraes, professor e funcionário do Banco do Brasil. Por meio do trabalho, recebia diversas informações sobre cooperativismo e resolveu mostrar a ideia para a comunidade em 1994, baseado no projeto de uma escola de Goiás.

– Foi um projeto de cidadania porque a comunidade resolveu um problema, no caso, o deslocamento de jovens pela rodovia federal. E os professores, ao mesmo tempo que dão aulas em um colégio convencional, podem aplicar novas técnicas no Coopeimb – disse Samir.

Segundo a gestora educacional Enadir da Silva Cabral, que seria a diretora em um colégio tradicional, mas preferiu trabalhar na cooperativa, um dos diferenciais do Coopeimb é a ênfase nas artes.

– A ideia era de que os estudantes tivessem, além da forte presença das aulas de artes, prazer em estudar, com uma preparação para o vestibular diferenciada. Hoje, 80% dos estudantes passam no vestibular.

A participação dos pais é apontada como um dos fatores positivos. Uma vez por semana acontecem reuniões do conselho pedagógico e administrativo, tudo feito de forma voluntária e bastante participativa.

– São os pais que não querem as salas de aula cheias porque a escola não visa a lucro. Aqui o foco é a educação. É como se fosse a casinha deles – diz Enadir.



MAURÍCIO FRIGHETTO | IMBITUBA

Educação exemplar

Dados

- Nome: Cooperativa Educacional de Imbituba (Coopeimb)
- Fundação: 25 de outubro de 1994
- Número de alunos: 160
- Número máximo de alunos em sala de aula: 35 estudantes
- Mensalidade: R\$ 350 *

* Na primeira matrícula, o interessado precisa pagar R\$ 1,8 mil, que pode ser parcelado em até 60 vezes. Quando o estudante sair, pode pedir o dinheiro de volta.

Conquistas

7º lugar no Enem entre as escolas de SC (particulares e públicas).

Aprovação de cerca de 80% no vestibular (contando UFSC, Udesc e Acafe).

1º lugar em Engenharia de Produção na UFSC no ano passado.

1º lugar em Design na Udesc no ano passado.

Bronze na Olimpíada Brasileira de Física (OBF) em 2009.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 19/8/10
Assunto: Ensino feito a várias mãos		Página: 26

O X DA EDUCAÇÃO

Quinze anos depois

A professora de história Silvia Alves de Oliveira ministra aulas no Coopeimb desde a sua fundação, quando ainda funcionava em um espaço público.

– Estávamos sonhando com este projeto. Hoje, 15 anos depois, ele deu certo. Os primeiros anos foram de muita pressão da sociedade, mas, aos poucos, fomos ganhando credibilidade. Tem professores amigos meus que colocaram seus filhos aqui e gostaram muito do sistema aplicado – disse.

Ontem, ela deu aulas para o 5º ano. Entre os estudantes estava Débora dos Santos, 11 anos. A garotinha disse que sentiu um pouco de dificuldade no começo, depois que deixou uma escola pública, mas logo se adaptou. Ela disse que os professores explicam muito melhor as matérias.

– Gosto daqui porque é legal. É como se fosse uma casa – explicou a menina.

Menor, melhor

Yuri Kuzniecowa, 15 anos, estuda no segundo ano do ensino médio, em uma sala de aula com 21 alunos. O tamanho pequeno da escola é apontado por ele como um dos diferenciais.

– A gente consegue trabalhar melhor com menos gente. E fora da sala de aula todo mundo se conhece e acaba ficando unido. As funcionárias Merilete e Valdá (na foto), por exemplo, são nossas heroínas. Elas abrem as salas quando queremos e limpam nossas sujeiras e nunca reclamam.

A ideia do cooperativismo acabou chegando aos estudantes. Um dos alunos riscava as paredes. Os outros reclamaram para a direção, mas não entregaram o garoto, que acabou deixando a escola:

– Depois, num mutirão, limpamos a sala – disse Yuri.

Entusiasmo

Tânia Regina Candemil estava grávida quando surgiu a ideia do Coopeimb. Pensou que, se o projeto desse certo, seria um lugar para sua filha estudar. Hoje, Júlia, 14 anos (foto), e Flávia, 10, são alunas da escola. Tânia é tesoureira do conselho administrativo. Pelo menos uma vez por semana tem que marcar presença no colégio, fora às vezes que precisa ir até o lugar para assinar algum documento.

– Sempre fui bastante envolvida nas escolas, mas aqui é diferente. É mais aberto. Fico feliz com o entusiasmo das minhas filhas – falou.

Ela cita que numa aula de espanhol, quando uma de suas filhas precisava apresentar o vestuário da Espanha, a garota recortou algumas revistas e as colou em cartolinas.

– Parece que a criatividade aflora.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 19/8/10
Assunto: Currículo inchado		Página: 16

Currículo inchado

o mesmo tempo em que não consegue se firmar como de qualidade e em que cada vez mais alunos enfrentam dificuldades crônicas no aprendizado de português e matemática, o ensino básico vem sendo contemplado com um número cada vez maior de disciplinas, criando dificuldades adicionais para gestores e escolas. Por mais que os parlamentares tenham boas intenções com propostas de temas adicionais, essa não é uma questão para ser tratada meramente como matéria legislativa e tampouco os acréscimos deveriam ser feitos de forma isolada.

No curto espaço de 2007 até agora, foram incluídos, por emendas, nada menos do que seis novos conteúdos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação. Há ainda leis específicas tratando da mesma questão, ao mesmo tempo em que tramitam no Congresso outras dezenas de projetos com novas inclusões. Os conteúdos adicionais representam um desafio para gestores, particularmente os de escolas públicas, que normalmente já se veem às voltas com questões como falta de professor e de material didático. Isso sem falar no problema constituído por alunos com dificuldade para aprender operações matemáticas elementares ou a interpretar um texto de conteúdo compatível com as suas idades.

A questão não é discutir se inovações como filosofia, sociologia, artes e música, além de temas como educação para o trânsito, direitos do idoso e meio ambiente são ou não relevantes. O problema ocorre quando esses conteúdos são incluídos de forma aleatória, na maioria das vezes pela pressão do corporativismo. Por mais que essas disciplinas sejam importantes, o fato é que acabam ocupando as atenções dos gestores de escola, que precisam despender ainda mais energia na contratação de professores ou em busca de material didático e mudança dos currículos. O ideal seria que o país se concentrasse no essencial nessa área e, a partir daí, pudesse se empenhar, de fato, em fazer o melhor para assegurar educação de qualidade para todos.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 19/8/10
Assunto: Projeto completa dois anos		Página: 16

EDUCAÇÃO

Projeto completa dois anos

BLUMENAU - O Projeto Santa na Escola completa dois anos de parceria com as escolas municipais de Blumenau. Ontem, no auditório da Biblioteca da Furb, os professores passaram por oficinas de capacitação para trabalhar o jornal como instrumento de ensino. A atividade, que se recicla a cada semestre, teve a participação do reitor da universidade, Eduardo Deschamps, representantes da Secretaria Municipal de Educação e das empresas parceiras do programa. Alunos da Escola Municipal Patrícia Helena Pegorin apresentaram uma paródia sobre o crack na abertura do evento, sensibilizados pela campanha Crack Nem Pensar, do Grupo RBS.

As palestras foram ministradas pela coordenadora de Educação Continuada da Furb, Adriana Corrêa, pelo professor Edson Schroder e pela professora Janaína Poffo. O departamento de Marketing do Santa apresentou o projeto Seja Jornalista Por Um Dia, que vai abranger os estudantes de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

A cada dois meses, uma seleção de trabalhos desenvolvidos no projeto é publicada no caderno Santa na Escola, encartado no Jornal de Santa Catarina. Em Blumenau, o projeto tem parceira com Altenburg, Baumgarten, Boa Vida, Furb, Sênior Sistemas e Secretaria Municipal de Educação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 19/8/10
Assunto: Mais crédito para aprender		Página: 18

FOCO NO ALUNO

Mais crédito para aprender

Bancos privados investem em linhas de financiamento voltadas ao ensino superior e pós-graduação

Há quem faça dívidas para comprar uma casa, um carro ou até para uma cirurgia plástica. Mas os bancos estão de olho em um tipo de linha de crédito ainda pouco difundida no Brasil e que pode proporcionar uma renda melhor para quem se endivida. É o financiamento universitário, que facilita o acesso a graduação, especialização, MBA, mestrado e doutorado.

O governo federal oferece linhas de financiamento para a graduação há mais de uma década, mas só agora a iniciativa privada abriu os olhos para este filão. Com a emergência das classes C e D, os bancos apostam no potencial de crescimento de um serviço muito popular em outros países. Nos EUA, 80% dos estudantes têm algum tipo de financiamento reembolsável. Em SC, a fatia fica pouco acima de 10%, dentro da média brasileira.

Ao contrário do modelo norte-americano, em que o estudante começa a pagar a dívida só depois de formado, o brasileiro tem de arcar com as mensalidades já no início do financiamento. Funciona como um desconto nas mensalidades.

O sistema mais usado atualmente é público. O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), do governo federal, oferece o juro mais baixo, de 3,4% ao ano (<http://sisfies.mec.gov.br>). O serviço é usado por 13,7 mil estudantes em SC, o que representa 10% dos 135 mil alunos das universidades privadas do Estado. Na iniciativa privada, há três opções de financiamento específico para o ensino superior: nos bancos Itaú Unibanco, Santander e na correspondente do banco ABC, Ideal Invest, que oferece o Programa PraValer.

Criado no final de 2006, o PraValer já repassou mais R\$ 170 milhões às faculdades conveniadas, sendo R\$ 15 milhões em SC. Em maio, foi lançada a linha de crédito para pós-graduação. De acordo com o diretor de relacionamento do crédito Pravaler, Rafael Baddini, a maioria dos estudantes que optam pelo crédito são jovens com idade média de 24 anos e renda mensal de R\$ 960.

Focado na pós-graduação, o Santander tem desde 2006 a linha crédito educação continuada. O Itaú oferece o produto desde janeiro deste ano.

Aumento salarial compensa o pagamento dos juros

Para o doutor em finanças comportamentais Jurandir Sell, professor da UFSC, não existe um investimento tão bom quanto a educação.

– Se o jovem fizer uma universidade bem feita, o aumento salarial vai mais do que compensar os juros que ele pagou – analisa Sell.



O estudante Lineu Casagrande Junior cursa medicina na Unisul. Ele optou pelo Fies já no início do curso, em 2007, por ter os juros mais baixos na ocasião. Além do financiamento, ele ainda tem gastos com moradia, alimentação e materiais para estudo.

– Não teria condições de bancar as mensalidades de quase R\$ 4 mil .

Para o estudante Arnaud Rivayrand, o crédito foi também a alternativa para se manter na faculdade. Ele está no quarto ano de medicina. Até o terceiro, tinha a ajuda dos pais, que moram na Europa. Com a crise mundial, eles não tiveram mais condições de arcar com os estudos do filho.

O diretor do Itaú Unibanco, Marcos Magalhães, estima que 800 mil pessoas poderiam acessar o ensino superior a cada ano, mas não o fazem por problema de renda. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), há 5,8 milhões de alunos matriculados no ensino superior no Brasil.

Segundo dados do Ministério da Educação, até 2008, o país tinha 2.016 faculdades privadas, que representam 89,5% do total de instituições de ensino superior. Em SC, são sete universidades públicas e 86 privadas.



Opções privadas

Itaú Unibanco

- Quanto pode emprestar: não tem limite, mas todas as contratações passam pela aprovação de crédito.
- Taxa de juros: linhas com taxas a partir de 6% ao ano.
- Prazo para pagar: financia o dobro do tempo do curso. Por exemplo: se o estudante financiar o semestre, ele tem um ano para pagar. O aluno paga a metade da mensalidade por mês, com acréscimo dos juros.
- Carência: só a partir do segundo contrato, de forma a garantir que as parcelas não se acumulem.
- Instituições conveniadas em SC: Faculdade Anhanguera de Joinville, Faculdade de Tecnologia de Jaraguá do Sul, Estácio de Sá (graduação e pós-graduação) e Unisul.
- Mais informações: www.creditouniversitarioitau.com.br

Santander (Crédito Educação Continuada)

- Quanto pode emprestar: até 100% do curso de pós-graduação/MBA, com mínimo de R\$ 1 mil.
- Taxa de juros: 1,95% ao mês.
- Prazo para pagar: até 36 meses, com até 90 dias para pagar a 1ª parcela.
- Carência: não tem.
- Instituições conveniadas em SC: Fundação Educacional Regional Jaraguense e Universidade do Vale do Itajaí (Univali).
- Mais informações: www.santander.com.br

Ideal Invest (PraValer)

- Quanto pode emprestar: até 100% do curso de graduação e pós-graduação.
- Taxa de juros: até 1,89% ao mês.
- Prazo para pagar: o dobro do tempo de duração da faculdade.
- Carência: não tem.
- Instituições conveniadas em SC: Unisul, Sociesc, Ibes, Universidade do Contestado, UnoChapecó, Unesc, Unoesc, Unerj e Univille.
- Mais informações: www.creditopravalor.com.br



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Jaraguá	Data: 19//08/10
Assunto: Escola é um polo de novos talentos		Página: 6

HANDEBOL

Escola é um polo de novos talentos

Alunos de Jaraguá conquistam bons resultados em disputas estaduais

A Escola Antônio Estanislau Ayroso, no bairro Jaraguá 99, é um dos principais polos de handebol em Jaraguá do Sul pelos resultados que os atletas têm conquistado em competições. O projeto começou há 15 anos e até hoje é coordenado pelo professor de educação física e técnico da modalidade Ademir Vieira de Oliveira. “Várias gerações já passaram por aqui. Alguns pais também foram meus alunos”, afirma Ademir.

Na escola com 602 alunos, 82 estudantes praticam a modalidade. Os treinos ocorrem após os horários das aulas, três vezes por semana, das 17 às 18 horas para crianças com até 12 anos, e das 18 às 19 horas, com os alunos com idade entre 12 e 14 anos.

Para o professor, a escola tem uma vocação natural para modalidade, principalmente pelo biotipo dos alunos. “Quando comecei o trabalho aqui, constatei que boa parte dos estudantes tinha uma boa estrutura física, além de ser muito disciplinada. A escolha pelo handebol acabou sendo uma escolha natural”, conta.

O empenho de Ademir e dos alunos têm dado resultado. Este ano, o time feminino conquistou o bicampeonato na fase regional dos Jogos Estudantis de Santa Catarina (Jesc) e o quarto lugar na etapa estadual. “Desde 2006, nossa escola está sempre brigando entre os quatro melhores do Jesc”, ressalta a diretora e ex-atleta de handebol Marcilene Campregher.

“Além do apoio da Associação de Pais e Professores, sempre tivemos a Fundação Municipal de Esportes como uma forte parceira, independentemente da gestão”, afirma Ademir.

Há dois anos, a escola tem o patrocínio do Programa Atleta do Futuro (PAF), do Sesi. Os alunos recebem material para treinos como bolas e uniformes.

Hoje, há seis polos de handebol na cidade, com 500 atletas.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 19/8/10
Assunto: Especialista defende capacitação em direitos humanos para formação de professores		Página: Online

Especialista defende capacitação em direitos humanos para formação de professores

As universidades brasileiras têm de intensificar a abordagem dos direitos humanos em seus cursos, principalmente nos de licenciatura e pós-graduação, que visam a formação de professores. A opinião é da filósofa Vera Maria Candau, membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, que acredita que os docentes e demais agentes multiplicadores devem estar aptos a lidar com o tema para ajudar a disseminar novos valores na sociedade. “Muitos ainda assimilam os direitos humanos a uma questão de proteger bandidos.

Desconstruir esta visão e demonstrar que os direitos não estão a serviço de um determinado grupo ainda vai exigir uma longa caminhada já que a sociedade brasileira foi construída a partir de muita desigualdade e de autoritarismo. A cultura dos direitos humanos coloca em questão toda esta visão estrutural na medida em que vai questionando estas disparidades e o autoritarismo”, disse Vera à Agência Brasil.

Professora do departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Vera foi uma das convidadas da 1.ª Semana de Educação em Direitos Humanos, evento realizado pela Universidade Metodista e que ocorre até hoje (19), em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. Para ela, “as universidades têm sido tímidas” em relação ao tema.

“A educação em direitos humanos é uma educação necessariamente voltada para a mudança já que visa conscientizar as pessoas de que elas são sujeitas de direitos e de que estes não são dádivas nem são concedidos porque os governos querem ou não os querem”, explicou a professora. “Para formar essa consciência entre as pessoas é preciso haver agentes multiplicadores desta perspectiva e uma mídia atuante”.

Vera acredita que a compreensão sobre direitos humanos é algo que “vai penetrando lentamente na sociedade”. Para ela, tem se ampliado cada vez mais a percepção de que os direitos humanos não dizem respeito exclusivamente às esferas individual e política, mas também coletiva, cultural e ambiental.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 19/8/10
Assunto: FNDE libera recursos para secretarias e escolas		Página: Online

FNDE libera recursos para secretarias e escolas

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) distribuiu nos últimos dias R\$ 27.200.223,12 para ações do programa Brasil Alfabetizado e R\$ 47.156.740,91 para o programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), totalizando R\$ 74.356.964,03. O recurso já está disponível nas contas correntes das escolas e das secretarias municipais e estaduais de educação.

Dos R\$ 27.200.223,12 do programa Brasil Alfabetizado, R\$ 5.615.995,00 foram para a Secretaria de Educação do Maranhão; R\$ 8.536.115,00 para a Secretaria de Educação de Minas Gerais; R\$ 3.841.866,00 para a Secretaria de Educação da Paraíba; e R\$ 3.804.465,00 para a Secretaria de Educação do Paraná. Os restantes R\$ 5.401.782,12 foram distribuídos entre diversos municípios.

Dos recursos do PDDE, R\$ 18.630.040,00 foram depositados nos caixas escolares das escolas cadastradas no programa que oferecem atividades recreativas de fim de semana; R\$ 309.000,00 foram para instituições que têm o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola); R\$ 7.902.628,50 para escolas de ensino fundamental e médio; e R\$ 20.315.072,41 para as que oferecem ensino integral. A soma desses valores é de R\$ 47.156.740,91.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 19/8/10
Assunto: Programa concederá 23º bolsas de pós-doutorado		Página: Online

Programa concederá 230 bolsas de pós-doutorado

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) passará a conceder bolsas de pós-graduação no nível de pós-doutorado. Serão oferecidas 230 bolsas, em 14 universidades federais de todo o Brasil. Um investimento de mais de R\$ 9 milhões.

As bolsas Reuni de Assistência ao Ensino, previstas no programa, terão vigência de até 12 meses, sendo permitida a renovação por igual período. A previsão é de que o início da vigência aconteça até 30 de agosto.

A Portaria conjunta n.º 1, da Secretaria de Educação Superior (Sesu) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que disciplina a concessão das bolsas nessa modalidade, foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira, 17.

Os candidatos às bolsas Reuni de pós-doutorado deverão desenvolver pesquisa acadêmica visando à melhoria e à inovação do ensino de graduação e à integração com a pós-graduação. Os bolsistas terão o dever de gerar objetos educacionais de interesse das instituições. Essas atividades deverão ser realizadas sem prejuízo do atendimento aos demais requisitos e regulamentação inerentes aos bolsistas da Capes.

Os recursos destinados à concessão das bolsas serão descentralizados, para cada uma das universidades federais, tendo como referência o número contemplado em cada plano de acordo de metas do programa Reuni. A descentralização ficará condicionada à apresentação de plano de trabalho, com base na proposta institucional aprovada pelo Comitê Gestor de Bolsas Reuni. As universidades têm até 20 de agosto para apresentar o plano de trabalho à Capes.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 18/08/10
Assunto: Emendas incham currículo escolar com 6 novos conteúdos em três anos		Página: on line

Emendas incham currículo escolar com 6 novos conteúdos em três anos

Luciana Alvarez, Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

Nova grade. *Alunos de escola estadual na zona norte de São Paulo assistem à aula de filosofia*

Além de português, matemática, história, geografia e ciências, nos últimos três anos os alunos do ensino básico de todo o País se viram obrigados a estudar filosofia, sociologia, artes, música e até conteúdos como cultura afro-brasileira e indígena e direitos das crianças e adolescentes. Também incham o currículo escolar, tirando espaço das disciplinas tradicionais, temas como educação para o trânsito, direitos do idoso e meio ambiente.

De 2007 até o mês passado, emendas incluíram seis novos conteúdos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação. Há ainda leis específicas, que datam a partir de 1997, que complementam a LDB. Outras dezenas de projetos com novas inclusões tramitam no Congresso.

Esses acréscimos representam um desafio a todos os gestores, mas em especial aos da rede pública, onde a maioria dos alunos não consegue aprender satisfatoriamente português e matemática.

Na rede estadual de São Paulo, por exemplo, a Secretaria da Educação teve de cortar aulas de história no ensino médio em 2008 para cumprir a lei e aumentar as de filosofia e incluir sociologia na grade. Na época, os estudantes do período diurno tiveram uma redução de cerca de 80 aulas de história, na soma dos três anos letivos do ensino médio.

Para a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Yvelise Arco-Verde, os legisladores podem ter boas intenções, mas muitos desconhecem a realidade da sala de aula. "Sobra para os gestores fazer concurso, contratar novos professores, criar material didático, organizar a grade", diz. Não há um levantamento exato, mas em vários Estados ainda faltam professores de sociologia e a disciplina acaba sendo dada por docentes de outras áreas.

Yvelise, que é secretária da Educação do Paraná, discorda da ideia de que se possa resolver problemas sociais com a inclusão de temas na grade escolar. "A escola tem de dar os fundamentos para que o aluno faça sua leitura de mundo. Não é o fato de ter uma disciplina sobre drogas que vai garantir que o jovem se afaste do vício."

Paula Louzano, pesquisadora da Fundação Lemann, defende a discussão do currículo do ensino básico de forma integral como forma de combater os remendos na LDB, muitas vezes com tendências corporativistas. "Cada vez mais



a gente está entulhando coisas via emenda. Até respeito a intenção, mas como ninguém tem interesse em matemática, quem vai fazer o lobby por ela?", questiona. "Não sou contra as aulas de música, mas quero discutir o todo, não que cada grupo vá individualmente e faça pressão."

Membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), César Callegari concorda que o currículo escolar não pode ser definido por processos legislativos individuais. "O currículo não é matéria legislativa. A criação de muitas disciplinas gera uma desorganização e pode piorar a educação brasileira", diz. Callegari, porém, afirma que algumas das leis, como a que instituiu a filosofia, são importantes. "Não há nenhum mal em expandir o currículo, mas tem de ser de forma organizada e sustentável, respeitando a autonomia das escolas e das redes."

Durante pesquisa para seu doutorado, a professora Rosimar de Fátima Oliveira, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), constatou que entre 1995 e 2003 foram apresentadas por deputados federais 545 propostas de lei para a educação. "Os parlamentares concebem o currículo como uma soma de disciplinas", explica. "Eles enxergam nesse procedimento um meio de intervir na dinâmica escolar, pretensamente alterando a realidade social via escolarização de determinados temas sociais considerados relevantes."

Exemplo

PAULA LOUZANO PEDAGOGA DA FUNDAÇÃO LEMANN

"Os países mais desenvolvidos têm currículos abordando que competências e habilidades os alunos devem ter."